

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58

Relatório da Administração

Srs. Acionistas, em cumprimento à legislação vigente, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31/12/2011, elaboradas em conformidade com a legislação societária, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

Balancos Patrimoniais – 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2011	2010	Passivo	Nota	2011	2010
Ativo circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.251	2.771	Fornecedores		9.650	6.492
Contas a receber		9.088	3.886	Partes relacionadas	7	2.733	3.726
Adiantamentos a empregados		95	126	Empréstimos e financiamentos	6	39.387	46.484
Adiantamentos a fornecedores		683	236	Salários, provisões e encargos sociais		1.891	2.008
Impostos a recuperar		892	807	Impostos, taxas e contribuições a recolher	8.1	8.621	3.290
Créditos diversos		158	298	Parcelamento débitos tributários	8.2	2.475	2.259
Despesas antecipadas		227	1.694	Adiantamento de clientes		640	934
Total do ativo circulante		15.394	9.818	Leasing a pagar		190	212
Ativo não circulante				Dividendos a pagar	12	253	1.250
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	322	627	Provisão para manutenção	10	652	1.840
Depósitos judiciais		725	699	Outras obrigações		432	1.928
Outros créditos		46	46	Total do passivo circulante		66.924	70.423
Intangível	5	645.658	646.906	Não circulante			
		646.751	648.278	Empréstimos e financiamentos	6	21.158	28.622
				Parcelamento débitos tributários	8.2	5.903	7.704
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	119.769	129.266
				Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	16	294	640
				Receitas diferidas	9	11.118	5.774
				Leasing a pagar		64	259
				Total do passivo não circulante		158.306	172.265
				Patrimônio líquido	11		
				Capital social		96.163	96.163
				Outros resultados abrangentes		191.982	228.068
				Reserva de lucros		148.770	91.177
				Total do patrimônio líquido		436.915	415.408
				Total do passivo		662.145	658.096
Total do ativo		662.145	658.096				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
		Estatutária	Legal	Total			
Saldos em 31 de dezembro de 2009	96.163	308	3.077	32.989	36.375	8.043	214.096
Integralização do capital social	–	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	15.646	–	15.646
Realização da reserva de reavaliação	–	–	–	–	31.261	(31.261)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	(148)	–	(148)
Constituição das reservas	–	77	775	53.950	54.802	(54.802)	–
Reversão de provisão para deterioração de ativo imobilizado	–	–	–	–	–	45.233	45.233
Saldos em 31 de dezembro de 2010	96.163	385	3.852	86.939	91.177	228.068	415.408
Lucro líquido do período	–	–	–	–	26.610	–	26.610
Dividendos pagos	–	–	–	(4.852)	(4.852)	–	(4.852)
Realização da reserva de reavaliação	–	–	–	–	36.086	(36.086)	–
Constituição de reservas	–	133	1.330	60.982	62.445	(62.445)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	(251)	–	(251)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	96.163	518	5.182	143.069	148.770	191.982	436.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Companhia foi constituída em 16 de outubro de 1995, sob a denominação de Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – RIO (“Concer” ou “Companhia”), tendo como objeto social a recuperação, o reforço, a monitoração, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração da Rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora – Petrópolis – Rio de Janeiro (Trevo das Missões) e os respectivos acessos, durante o prazo de 25 anos, contados a partir de 01 de março de 1996, data da transferência do controle da rodovia para a concessionária. A sede social da Companhia está localizada na Rodovia Washington Luiz, 13.892 – Jardim Primavera – Duque de Caxias – Rio de Janeiro – RJ.

É vedado à Companhia praticar quaisquer atos estranhos a seu objeto social, salvo com expressa autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), instituída pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, que substituiu o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). O regime jurídico do contrato de concessão confere à ANTT a prerrogativa de alterá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, rescindi-lo, fiscalizar-lhe a execução e aplicar sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total, sendo que as cláusulas econômico-financeiras do contrato de concessão não poderão ser alteradas sem prévia concordância da concessionária.

A concessão de exploração da rodovia extingue-se por advento do termo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária.

Extinta a concessão, reverterem à ANTT todos os bens transferidos para a administração da concessionária, os bens reversíveis incorporados à rodovia durante a concessão e os direitos e privilégios decorrentes da concessão, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais trabalhistas e cessam, para a concessionária, todos os direitos emergentes do contrato. Em caso de extinção, a concessionária será indenizada pelo valor contábil dos investimentos incorporados à concessão.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, que é reajustada anualmente, todavia, em razão da peculiaridade do serviço prestado, são facultadas outras fontes de receitas, sejam elas direta ou indiretamente provenientes de atividades vinculadas à exploração da rodovia, das suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviços e lazer, inclusive as decorrentes de publicidades e multas por excesso de peso, a exploração destas fontes depende de prévia autorização da ANTT.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 49.569 (R\$ 60.605 em 31 de dezembro de 2010), em decorrência de empréstimos e financiamentos obtidos para fazer face aos compromissos assumidos, que demandam a realização de novos investimentos na rodovia.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 15 de fevereiro de 2012.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como, pelo ativo imobilizado que foi avaliado pelo seu valor atribuído, na data de transição.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes. Dessa forma, a demonstração dos resultados abrangentes não está sendo apresentada em separado, pois equivale à demonstração do resultado do exercício.

2.1. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira
A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.2. Reconhecimento de receita
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2011	2010
Receita operacional líquida	17	256.509	206.370
Custo dos serviços prestados	18		
Custos dos serviços prestados		(124.797)	(100.470)
Amortização		(57.818)	(53.579)
Total do custo dos serviços prestados		(182.615)	(154.049)
Lucro bruto		73.894	52.321
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(12.640)	(11.331)
Amortização		(1.438)	(1.034)
Despesas com pessoal		(8.094)	(7.642)
Outras receitas operacionais, líquidas		536	2.144
Total das despesas operacionais		(21.636)	(17.863)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		52.258	34.458
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		432	788
Despesas financeiras		(12.139)	(12.933)
	19	(11.707)	(12.145)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		40.551	22.313
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(23.132)	(15.106)
Diferido		9.191	8.439
	13	(13.941)	(6.667)
Lucro líquido do exercício		26.610	15.646
Quantidade de ações (lotes de mil)		7.190	7.190
Lucro básico e diluído por ação – R\$		3,70	2,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	26.610	15.646
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.191)	(8.439)
Amortização	59.256	54.613
Ganhos na alienação de bens do intangível	(265)	–
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	9.268	12.705
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	(345)	(1.832)
Varição em ativos e passivos operacionais (Aumento) diminuição dos ativos	(5.061)	(1.521)
Contas a receber de clientes	(60)	(787)
Impostos a recuperar	1.468	(62)
Despesas antecipadas	(443)	(161)
Outros valores a receber	3.159	2.723
Fornecedores	(993)	(1.769)
Contas a pagar empresas ligadas	(117)	1.007
Obrigações sociais e trabalhistas	5.344	(293)
Receitas diferidas	(1.725)	(809)
Impostos, taxas e contribuições	(3.138)	(361)
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	23.132	15.106
Provisão de IRPJ e CSLL correntes	(18.509)	(15.877)
Pagamento de IRPJ e CSLL correntes	88.390	69.889
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades operacionais	364	27.246
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Alienação/baixa de intangível	(58.108)	(40.310)
Aquisição de bens do intangível	(57.744)	(13.064)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos	(6.100)	(36.900)
Captações através de empréstimos e financiamentos	1.462	39.262
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(16.733)	(50.680)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos	(7.795)	(8.584)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamento	(29.166)	(56.902)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	1.480	(77)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.771	2.848
No fim do exercício	4.251	2.771
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	1.480	(77)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	2011	2010
Receitas	311.843	254.520
Receitas de pedágio e acessórias	217.030	191.309
Outras receitas	39.201	33.648
Receitas de construção	55.612	29.563
Insumos adquiridos de terceiros	(125.710)	(101.391)
Custo dos serviços prestados	(9.284)	(9.240)
Custo de construção	(55.612)	(29.563)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(61.350)	(64.731)
Outros custos operacionais	536	2.143
Valor adicionado bruto	186.133	153.129
Amortização	(59.256)	(54.613)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	126.877	98.516
Valor adicionado recebido em transferência	432	788
Receitas financeiras	432	788
Valor adicionado total a distribuir	127.309	99.304
Distribuição do valor adicionado	127.309	99.304
Remuneração do trabalho (salários e encargos)	15.544	12.800
Remuneração do governo (impostos, taxas e contribuições)	36.225	25.721
Remuneração do capital de terceiros (juros e aluguéis)	12.844	13.876
Lucros retidos	62.696	46.907

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributação

As receitas brutas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas com pedágio	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	5,00%	5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta juntamente com o ISS. Na demonstração de resultado as vendas são apresentadas pelos saldos líquidos dos impostos mencionados acima.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda – calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240, no período de 12 meses); (ii) Contribuição social – calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT. Os impostos diferidos ativos são decorrentes de diferenças temporárias, foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 que foi emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e levaram em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos cedidos e outros recebíveis, enquanto que os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

2.5. Contas a receber

As contas a receber estão apresentadas pelo valor de realização. Não foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa em função das remotas expectativas de perda.

2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita.

2.7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescido do custo da transação diretamente relacionado. São mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Os juros não foram capitalizados, visto que as obras efetuadas pela Companhia atualmente não paralisam o andamento das operações, ou seja, a Companhia continua gerando receita, mesmo quando realizando obras na rodovia.

2.8. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado.

Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é oriunda do serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de substituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de caixa, bancos conta movimento, aplicações financeiras e valores em trânsito referentes a arrecadação das praças de pedágio e aplicações financeiras. As aplicações financeiras resgatáveis são de liquidez imediata, apresentadas como equivalentes de caixa e correspondem aos valores aplicados acrescidos dos rendimentos até a data do balanço.

2.11. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

2.12. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.13. Contratos de concessão – ICPC 01

A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

2.14. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

2.15. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A demonstração de valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09 é apresentada como informação suplementar.

2.16. Novos IFRS e interpretações

Não há CPCs publicados ainda não vigentes, porém há normas IFRS publicadas para as quais ainda não há alteração nos CPCs vigentes. Espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início da vigência das mesmas. Segue um resumo das principais normas IFRS publicadas e ainda não vigentes, bem como a expectativa de impactos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia: IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes – Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.

A Companhia não espera que esta alteração cause impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações – Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011.

A Companhia não espera que esta alteração cause impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração – A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

A Companhia não espera que esta alteração cause impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas – O IFRS 10 substitui do SIC 12 e IAS 27 e se aplica às demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

Esta alteração não causa impacto nas suas demonstrações financeiras, visto que a Companhia não controla outras entidades e não apresenta informações consolidadas.

5. Intangível

	Recuperação da rodovia	Operação da rodovia	Melhoramentos	Imobilizações próprias e benfeitoria em bens de terceiros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo do intangível bruto							
Saldo em 31/12/2009	167.786	44.495	753.379	2.114	134	–	967.774
Aquisições	16.205	556	17.581	5.939	–	–	40.415
Baixas	(3.611)	(22.099)	(3.775)	(669)	–	–	(30.154)
Reversal prov. p/ deterioração (impairment)	7.180	–	61.356	–	–	–	68.536
Saldo do custo em 31/12/2010	187.560	22.952	828.541	7.384	134	–	1.046.571
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2009	(104.972)	(19.752)	(223.066)	(65)	–	–	(347.855)
Amortização	(6.066)	(3.320)	(45.305)	(1.350)	–	–	(56.042)
Baixas	12	3.359	506	294	–	–	4.231
Saldo da amortização em 31/12/2010	(111.026)	(19.713)	(267.805)	(1.121)	–	–	(399.666)
Valor contábil líquido							
Saldo do intangível em 31/12/2010	76.534	3.239	560.736	6.264	134	–	646.906

	Recuperação da rodovia	Operação da rodovia	Melhoramentos	Imobilizações próprias e benfeitoria em bens de terceiros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo do intangível bruto							
Saldo do custo em 31/12/2010	187.560	22.952	828.541	7.384	134	–	1.046.571
Aquisições	31.358	269	21.511	2.727	282	1.961	58.108
Baixas	–	(8)	–	(402)	–	–	(410)
Saldo do custo em 31/12/2011	218.918	23.213	850.052	9.709	416	1.961	1.104.269
Amortização acumulada							
Saldo da amortização em 31/12/2010	(111.026)	(19.713)	(267.805)	(1.121)	–	–	(399.665)
Amortização	(7.967)	(2.961)	(48.968)	(1.180)	–	–	(61.076)
Baixas	–	5	1.815	310	–	–	2.130
Saldo da amortização em 31/12/2011	(118.993)	(22.669)	(314.958)	(1.991)	–	1.961	458.611
Valor contábil líquido							
Saldo em 31/12/2011	99.925	544	535.094	7.718	416	1.961	645.658

A taxa de amortização é calculada com base no volume de tráfego anual em relação ao volume total de tráfego estimado no período da concessão. A taxa média em 2011 foi de 8,89% (8,29% em 2010).

Em 2008, a Companhia contratou empresa especializada para efetuar uma revisão do valor contábil líquido dos seus ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que indicassem deterioração ou perda de seu valor recuperável, a qual emitiu o Laudo de Elaboração da Mensuração do Valor Recuperável dos Ativos da Companhia, datado de 13 de março de 2009, identificando que o valor recuperável dos ativos da Companhia em 2008 era inferior ao seu valor

IFRS 11 – Joint Ventures – O IFRS 11 substitui SIC 13 e IAS 31 e se aplica às entidades controladas em conjunto. A norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda) – Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Companhia não espera que esta alteração cause impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011) – Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Companhia não espera que esta alteração cause impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Esta alteração não causa impacto nas suas demonstrações financeiras, visto que a Companhia não possui operações em Joint Ventures.

IFRS 12 – Divulgação da participação em outras entidades – O IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

Esta alteração não causa impacto nas suas demonstrações financeiras, visto que a Companhia não possui participação em outras entidades.

IFRS 13 – Mensuração do valor justo – O IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo ou/e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou divulgações sobre as referidas mensurações. A norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

A Companhia não espera que esta alteração cause impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorará a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixas e bancos	4.183	2.252
Aplicações financeiras	68	519
	4.251	2.771

As aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento do CDI, resgatáveis a qualquer momento.

	Recuperação da rodovia	Operação da rodovia	Melhoramentos	Imobilizações próprias e benfeitoria em bens de terceiros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo do intangível bruto							
Saldo em 31/12/2009	167.786	44.495	753.379	2.114	134	–	967.774
Aquisições	16.205	556	17.581	5.939	–	–	40.415
Baixas	(3.611)	(22.099)	(3.775)	(669)	–	–	(30.154)
Reversal prov. p/ deterioração (impairment)	7.180	–	61.356	–	–	–	68.536
Saldo do custo em 31/12/2010	187.560	22.952	828.541	7.384	134	–	1.046.571
Amortização acumulada		</					



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos quando do encerramento do exercício de 2011, não identificando necessidade de reconhecimento de qualquer perda por conta de redução ao valor recuperável de ativos.

6. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos podem ser assim demonstrados:

	2011		2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Financiamento – imobilizado				
FINAME	149	62	142	223
BNDES – Subcrédito “a”	825	1.492	735	2.044
BNDES – Subcrédito “b”	5.254	9.063	5.282	14.242
BNDES – Subcrédito “c”	911	1.799	915	2.698
FINEP	1.668	8.619	1.104	9.415
Banco Guanabara	250	123	–	–
	9.057	21.158	8.178	28.622
Financiamento – capital de giro				
Banco Santander	30.330	–	31.075	–
Banco ABN	–	–	7.231	–
	30.330	–	38.306	–
	39.387	21.158	46.484	28.622

Contrato SANTANDER – FINAME

► Trata-se de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo monta a importância de R\$ 211. O prazo de carência é de 180 dias, com taxa de juros de 7% a.a. e amortização de 30 meses. Contrato de alienação fiduciária. As garantias são as máquinas e equipamentos adquiridos.

Contratos BNDES

► Os subcréditos “a”, “b”, “c” montam os seguintes valores respectivamente: R\$ 2.317 R\$ 14.317 e R\$ 2.710 – Tais valores correspondentes às parcelas liberadas até 31 de dezembro de 2011 do contrato firmado em 03/09/2004. Trata-se de financiamento para a duplicação de 37 KM da pista simples da Rodovia BR 040 no trecho entre Matias Barbosa (MG) e Juiz de Fora (MG) incluindo a duplicação de cinco pontes, dois retornos operacionais e a implantação de barreiras medianas tipo New Jersey. Os valores liberados serão amortizados

7. Transações com partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas são compostos como segue:

	Passivos		Intangível	
	Fornecedores	Recuperação	Recuperação	Intangível
	2011	2010	2011	2010
Consórcio BR-040 *	152	717	–	–
Rio Bonito **	1.878	107	–	–
Compasa ***	703	2.902	11.719	–
Total	2.733	3.726	11.719	–

* Consórcio Construtor BR-040.

** Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda.

*** Compasa Brasil Distrib. Derivados de Petróleo Ltda.

A Concessionária contratou a empresa Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda., para realizar a prestação de serviços especializados de operação da rodovia, serviços de manutenção, conservação e Serviços de Atendimento ao Usuário (SAU) os quais são realizados no trecho sob responsabilidade da Companhia.

A COMPASA foi contratada para realizar serviços de recuperação do pavimento flexível em toda extensão da Rodovia.

Valores contratuais:

a) Contratos de operação e arrecadação

No contrato de operação firmado entre a Companhia e Rio Bonito estão previstos a prestação de serviços especializados de atendimento médico pré-hospitalar, socorro mecânico (guincho e resgate), recolhimento de animais na pista, sistema de pesagem, sistema de rádios e transporte de pessoal. O contrato do serviço de arrecadação firmado entre a companhia e a Rio Bonito foi extinto em junho de 2010.

b) Contrato de recuperação, conservação e manutenção

No contrato de recuperação/conservação/manutenção firmado entre a Companhia e Rio Bonito e a Compasa estão previstos a realização de serviços em obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança e pavimentos. Foram firmados preços unitários para cada tipo de serviço.

8. Impostos, taxas e contribuições

8.1. Impostos a recolher

	2011	2010
Impostos de renda	3.999	599
Contribuição social	1.524	276
Cofins	741	554
PIS	161	120
ISSQN	1.337	920
Imposto de renda retido na fonte	249	168
Outros	610	653
	8.621	3.290

8.2. Parcelamento débitos tributários

A companhia apresenta junto ao fisco federal parcelamento dos seguintes tributos:

► IRPJ e CSLL, o qual é atualizado pela TJLP e tem prazo de amortização em 60 parcelas, contado a partir de março de 2010.

► PIS, o qual é atualizado pela TJLP e tem prazo de amortização em 130 parcelas, contado a partir de setembro de 2006.

	2011	2010
Parcelamento PIS	1.143	1.323
Parcelamento IRPJ	5.294	6.322
Parcelamento CSLL	1.941	2.318
	8.378	9.963
Passivo circulante	(2.475)	(2.259)
Passivo não circulante	5.903	7.704

9. Receitas diferidas

As Receitas diferidas correspondem às receitas decorrentes do contrato de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia firmado com a Embratel em outubro de 2007, às receitas decorrentes do contrato de ocupação da faixa de domínio da rodovia firmado com a Cervejaria Petrópolis em fevereiro de 2009, às receitas decorrentes do contrato de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia firmado com a Eletronet S.A. em junho de 2011, às receitas decorrentes do contrato de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia firmado com a CEMIG S.A. em outubro de 2011, às receitas decorrentes do contrato de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia firmado com a VIVO S.A. em dezembro de 2011, todas líquidas dos impostos incidentes.

O saldo líquido das receitas diferidas em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 11.118 (R\$ 5.774 em 31 de dezembro de 2010).

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a Embratel pagará à Companhia uma remuneração total de R\$20.709, dos quais R\$7.699 foram antecipados em 11 de outubro de 2007. O saldo do contrato será recebido em 13 parcelas anuais de R\$ 970 acrescidos de R\$ 404 referentes ao último período, corrigidas anualmente pelo IGP-M. O contrato teve seu início em outubro de 2007.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagará anualmente à Companhia para implantação de rede de afluente o valor de R\$ 26 e para implantação de adutora o valor de R\$ 156. Os contratos tiveram seu início em fevereiro de 2008 e maio de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a Eletronet pagará à Companhia uma remuneração total de R\$ 7.942. Até 31 de dezembro de 2011, a Eletronet pagou R\$ 6.615 à Companhia. O contrato teve seu início em agosto de 2011.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a CEMIG pagará anualmente à Companhia o valor de R\$ 1. O contrato teve seu início em outubro de 2011 e será corrigido anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a VIVO pagará anualmente à Companhia o valor de R\$ 286. Os contratos tiveram seu início em dezembro de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IPCA.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência dos contratos, o qual está previsto até o término do prazo de concessão.

10. Provisão para manutenção

A Companhia constituiu provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 652 (R\$ 1.840 em 31 de dezembro de 2010).

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social, em caso de dissolução da Companhia, salvo no caso de extinção ao término do prazo de concessão, quando a distribuição de dividendos e o reembolso do capital serão procedidos de acordo com o total das participações acionárias. O capital autorizado é de R\$100.000.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social é de R\$96.163 (R\$ 96.163 em 31 de dezembro de 2010) está composto por 2.396.700 ações ordinárias e 4.793.400 ações preferenciais, totalizando 7.190.100 ações. As ações prefe-

rias mensais, com vencimentos iniciados dos subcréditos “a” e “b” em 15/10/2007 e terminando em 15/10/2014, e o subcrédito “c” com vencimento iniciado em 15/01/2008 e a última em 15/12/2014. A taxa de juros do subcrédito “a” é sujeita ao “spread” de 6,625% ao ano acima da taxa variável, relativa ao custo médio de captação de recursos em moeda estrangeira pelo BNDES. A taxa de juros dos subcréditos “b” e “c” é sujeita ao “spread” de 6,625% ao ano acima da variação da TJLP. A operação foi realizada tendo como garantia o aval dos acionistas.

Contrato FINEP

► Trata-se de financiamento para custear as despesas incorridas na elaboração dos Estudos e Projetos da Nova Subida da Serra de Petrópolis da Rodovia BR-040, pactuado em 27/08/2009. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo correspondente às parcelas liberadas monta a importância de R\$ 10.287. Os valores liberados são amortizados em prestações mensais, com vencimento iniciado em 15/05/2011 e terminando em 15/01/2018. A taxa de juros é de 8% ao ano – sujeito ao “spread” de 5% ao ano acima da variação da TJLP. A operação foi realizada inicialmente tendo como garantia carta de fiança bancária, no entanto, em 10 de dezembro de 2010, foi assinado termo aditivo ao contrato de financiamento, tendo por objetivo a exclusão das cartas de fiança e inclusão da Triunfo Participações e Investimentos como avalista da operação.

Contrato BANCO GUANABARA – CDC

► Trata-se de financiamento para aquisição de veículos. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo monta a importância de R\$ 373. A taxa de juros é de 18% a.a. e amortização de 24 meses. Contrato de alienação fiduciária. A garantia são os veículos adquiridos.

Contratos ABN REAL e SANTANDER

► Conta Garantida: Em 31 de dezembro de 2011 o saldo utilizado dessa conta é de R\$ 30.330. O contrato foi pactuado em 03/03/2010 com prazo de renovação a cada trimestre. A taxa de juros é de 121% do CDI.

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

	2011	2010
	–	8.525
	8.773	8.396
	7.157	6.932
	1.695	1.548
	1.695	1.548
	1.695	1.548
	141	125
	21.158	28.622

	Conservação/manutenção		Custos/despesas	
	2011	2010	Arrecadação/operação	2011
	–	–	–	–
	23.726	19.979	22.582	23.975
	–	7.977	–	–
	23.726	27.956	22.582	23.975

renciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos, no mínimo, 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias e prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

O capital social em 31 de dezembro de 2011 e 2010 está composto conforme demonstrativo:

	Ordinárias		Ações		Total	%
	2011	2010	2011	2010		
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	1.497.937	2.995.871	4.493.808	62,5		
Construcap CCPS						
Engenharia e Com. S.A.	431.406	862.810	1.294.216	18,0		
CMSA Participações S.A.	251.654	503.305	754.959	10,5		
CCI Concessões S.A.	215.703	431.404	647.107	9,0		
Pessoas físicas	–	10	10	–		
	2.396.700	4.793.400	7.190.100	100		

b) Outros resultados abrangentes

Refere-se a reserva de reavaliação constituída em anos anteriores com base em laudo emitido por peritos independentes. O seu saldo é apresentado líquido dos efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009 e, a reserva de reavaliação, transferida para a conta de “outros resultados abrangentes”.

c) Reserva de lucros retidos

Foi constituída reserva de lucros com base no resultado do exercício, ajustado pela realização da reserva de reavaliação, não distribuído no exercício.

d) Reserva estatutária

De acordo com o estatuto social, deverá ser constituída uma reserva específica para restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão, através da aplicação do percentual de 0,5% sobre os lucros líquidos anuais da Companhia, até atingir o limite máximo de 10% do capital social.

e) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

12. Dividendos

Em 31 de dezembro de 2011 foi lançado no passivo circulante, como dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 1% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no estatuto e permitido pela legislação societária.

O cálculo para pagamento dos dividendos mínimos, conforme prevê o Estatuto Social da Companhia foi como segue:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	26.610	15.646
(-) Reserva estatutária (0,5%)	(133)	(78)
(-) Reserva legal (5%)	(1.330)	(782)
Base para cálculo de dividendo mínimo obrigatório	25.147	14.786
(=) Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	251	148
(+) Saldo dividendos anteriores	2	1.102
Dividendos a pagar	253	1.250

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os dividendos a pagar estavam distribuídos da seguinte forma:

	2011	2010
Acionista		
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	158	781
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	45	225
CMSA Participações S.A.	27	131
CCI Concessões S.A.	23	113
	253	1.250

Em 10 de maio de 2011, o Conselho de Administração autorizou, com base no art. 18 do Estatuto da Sociedade, a distribuição de dividendos à conta de reserva de lucros em um montante de até R\$10.000 para o ano de 2011. Até 31 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou o pagamento de R\$4.852 aos acionistas.

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia tem reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, apresentando a seguinte natureza:

	2011	2010
IRPJ		
CSLL		
Total		
Ativo		
IR e CS diferidos s/prov. custo manut.	163	59
IR e CS diferidos s/prov. contingências	74	26
Ativo não circulante	237	85
Passivo		
Sobre reserva de reavaliação	81.394	29.302
Sobre leasing	194	70
Sobre amortização intangível ¹	6.478	2.332
Passivo não circulante	88.066	31.704
	119.769	129.266

¹ Refere-se à diferença de amortização gerada pela aplicação de taxas de amortização do ativo intangível (ICPC01) e as taxas utilizadas para fins fiscais.

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estão demonstrados a seguir:

	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	40.551	22.313
Alíquota nominal (IRPJ de 25% e CSLL de 9%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(13.787)	(7.586)
Adições (exclusões) permanentes	(293)	1.220
Parcela isenta do adicional de imposto de renda	24	24
Incentivos (FIA e Lei Rouanet)	231	165
Outros	(116)	(490)
Imposto de renda e contribuição social reconciliado	(13.941)	(6.667)
IRPJ e CSLL correntes	(23.132)	(15.106)
IRPJ e CSLL diferidos	9.191	8.439
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(13.941)	(6.667)
Alíquota efetiva	34%	30%
A alíquota nominal dos impostos é de 34,0% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real. Adicionalmente,		

não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

14. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 08 de abril de 2011 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia, no montante de R\$2.043. O Conselho de Administração é composto por cinco membros.

O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas. A Companhia não possui um plano de opções de ações.

Até 31 de dezembro de 2011 foram reconhecidos no resultado do exercício o montante de R\$ 2.126 (R\$ 1.808 em 31 de dezembro de 2010).

15. Cobertura de seguros

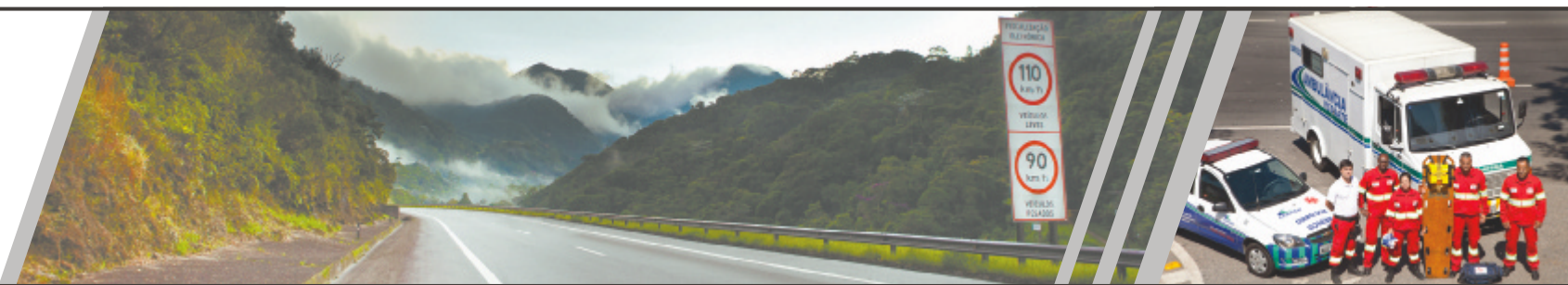
A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Marcos contratuais	Valor da Importância Segurada	Prazo de vigência
Risco patrimonial – veículo	100% da tabela FIPE (i)	Set/11 a Set/12
Riscos patrimoniais, de engenharia e faturamento	69.169	Dez/11 a Dez/12
Responsabilidade Civil	12.920	Dez/11 a Dez/12
Garantia de execução da concessão	12.921	Abr/11 a Abr/12
(i) Preço médio de reposição, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.		

16. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A Companhia está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para contingências são suficientes para cobrir perdas prováveis, conforme demonstradas abaixo:

	2010	Adições	Baixas	2011
Processos trabalhistas	400	77	(324)	153
Processos cíveis	233			



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

d) **Risco de crédito**
O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), e de financiamentos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

e) **Risco de mercado**
O desenvolvimento do preço do petróleo pode ser citado como um fator externo que seria capaz de prejudicar o desempenho da Companhia. A atividade da Companhia goza de um risco estrutural intrínseco ao negócio, passível de influências da economia brasileira.

A exploração da rodovia pelo setor privado encontra-se a princípio garantido pela presente visão do governo federal, no que toca ao papel do setor privado em setores outrora de exclusividade estatal. Desconhecemos quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político

que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

i) **Risco de taxas de juros e inflação**
Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

ii) **Risco de taxa de câmbio**
Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. O subcrédito "a" do financiamento concedido pelo BNDES (Nota 7) é indexado pela taxa variável relativa ao custo médio de captação de recursos em moeda estrangeira pelo mesmo. A Companhia não possui instrumentos de "hedge" que a proteja em caso de eventual aumento significativo da taxa de câmbio do dólar norte-americano nem de qualquer outra moeda estrangeira.

f) **Risco de preço e valor de mercado**
A estrutura tarifária cobrada nas 3 (três) praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres) que permite manter o equilíbrio econômico – financeiro do contrato.

g) **Risco regulatório**
Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico – financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quando a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura da Companhia demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER. Consideramos que a companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

h) **Operações com derivativos**
A Companhia não mantém qualquer tipo de Instrumentos Financeiros Derivativos.

i) **Gestão de capital**
A companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	2011	2010
Empréstimos e financiamentos (Nota 6)	60.545	75.106
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(4.251)	(2.771)
Dívida líquida	56.294	72.335
Patrimônio líquido	436.915	415.408
Total do capital	493.209	487.743
Índice de alavancagem financeira – %	11,41	14,83

Conselho de Administração

Carlo Alberto Bottarelli	– Presidente do Conselho
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	– Conselheiro
Eduardo Ribeiro Capobianco	– Conselheiro
Rogério Gomes Sant'Anna	– Conselheiro
Fabiana Reppucci Vaz de Lima	– Conselheira

Diretoria Executiva

Pedro Antônio Jonsson	– Diretor Presidente – CPF 302.634.769-87
Pedro Antônio Jonsson	– Diretor Administrativo Financeiro – CPF 302.634.769-87
Sergio Guimarães Gomes	– Diretor de Operações e Engenharia – CPF 311.374.237-49

Contador

Alexandro Oliveira dos Santos
CRC 108.253/O-6

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. – CONCER
Duque de Caxias – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. – CONCER ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as

demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. – CONCER

em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital aberto, mas não é requerida para as entidades de capital fechado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO

Quality In Everything We Do

Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP 015.199/O-6 – F – RJ

Eduardo José Ramón Leverone
Contador
CRC – 1RJ 067.460/O-6